

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO
DO ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

AVALIAÇÃO ESCOLAR:
O QUE REFLETE A PROVA?

ROMILDO CARLOS TAVARES DE ARAÚJO E SILVA

FORTALEZA – CEARÁ

2003

ROMILDO CARLOS TAVARES DE ARAÚJO E SILVA

**AVALIAÇÃO ESCOLAR:
O QUE REFLETE A PROVA ?**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem.

FORTALEZA

2003

“O ato de avaliar (...) não se destina a um julgamento definitivo sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida (...). Infelizmente, por nossas experiências históricas - sociais e pessoais – temos dificuldades de assim compreendê-la e praticá-la. Mas fica um convite a todos nós. É uma meta a ser trabalhada, que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo.”

(Luckesi. 1994: 129)

Esta monografia foi apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Romildo Carlos Tavares de Araújo e Silva

MONOGRAFIA APRESENTADA EM ____/ ____/ 2003

Neide Fernandes Monteiro Veras – MS
Professora Orientadora

AGRADECIMENTO

Durante nossa existência fomos aprendendo que o homem não pode viver sozinho, faz-se necessário a sua socialização para que esse homem possa crescer, desenvolver seu potencial, enfim, progredir como ser.

Partindo desse pressuposto, sinto-me feliz de poder compartilhar da companhia de meus familiares, esposa, colegas, professores e demais pessoas que estiveram comigo durante todo esse processo, e que me fizeram acreditar no meu potencial, e através desse apoio, eu pude realizar este trabalho.

Quando estamos nesta parte da monografia, ou de qualquer outro trabalho no qual necessitamos agradecer, vem em nossa mente, os sacrifícios; os tombos; os ombros amigos; a esperança; o desânimo, enfim, neste retrospecto, o trabalho de meses passa em segundos, e o receio de esquecer alguém que realmente nos ajudou é imenso, como também, não podemos deixar de mencionar que temos muitas vezes de colocar nomes que nada contribuíram, mas que tem que fazer parte do rol.

Acreditando que vivemos sob limites e que estes limites muitas vezes são superados por pessoas que acreditaram em si mesmas, deixo aqui o meu muitíssimo obrigado a minha esposa Socorro , que foi a maior

incentivadora da minha retomada ao magistério, ao meu irmão Alberto que não me faltou com uma palavra amiga nos momentos mais críticos de meu retorno à sala de aula.

Obrigado a Deus, que nunca me deixou só nos momentos mais decisivos de minha vida.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
INTRODUÇÃO.....	11
1. HISTÓRICO DA TEORIA DA AVALIAÇÃO.....	15
1.1 CONCEITO DE AVALIAÇÃO.....	21
1.2 CONCEITO DE PROVA.....	26
2. A PROVA ESTÁ VOLTADA A INTERESSE ?.....	30
3. O QUE OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO PENSAM SOBRE A PROVA ?	40
4. PARA ALÉM DAS PROVAS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR.....	49
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS.....	62

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade descrever explicitamente a prova, analisando-a enquanto instrumento de avaliação observando-a, dentro de seus limites, abrangendo todo o fator circunstancial que a envolve.

Contextualiza a prova em uma época muito remota, que nem desde a História Antiga. Caracteriza a prova como elemento supremo, na realidade escolar.

O presente trabalho analisa a prova, não apenas no seu lugar comum (a sala de aula), mas também em todo esse rol que envolve a prova. O todo que menciono está relacionado aos seus desejos, anseios, metas e soluções. Fora da sala de aula nós também encontramos a prova, encontramos-la nos concursos, nos exames para poder entrar em uma universidade. Enfim, aponto outros lugares, onde podemos encontrar este instrumento chamado prova.

Em meu trabalho parto de um pressuposto de que a prova está, ligada a um interesse; as fontes bibliográficas que me auxiliaram foram as mais diversas. Entre essas fontes posso citar: Luckesi, Piaget, Rogers, Vasconcelos, Saviani, Freitag e outros.

Com essas bibliografias, encontrei uma compreensão acerca da avaliação escolar, que pudesse vir de encontro com os meus pensamentos.

Neste estudo foram realizadas entrevistas para diagnosticar se a prova é o único instrumento avaliativo dentro do processo ensino-aprendizagem, bem como salientar quais eram os objetivos dos professores quando escolheram a prova como forma de avaliar essas entrevistas também esclareceram como os professores formulam suas provas e quais são os seus critérios em relação à escolha de como fazer uma prova e quais os conteúdos escolhidos

Busca, também, trazer uma visão acerca da prova que muitos ainda não conhecem.

Após observar cada resposta das entrevistas como também, analisar-se as fontes bibliográficas sobre a prova, começamos a questionar sobre a evasão escolar, a repetência, o desejo de não freqüentar uma escola, que somando tudo isso, teremos, como mantenedora dessa operação, a prova.

Catalogando cada item citado dentro de uma escola, iremos nos assustar com os números que vamos encontrar, pois estes números são elevadíssimos.

Dentro de nossa sociedade temos valores, temos uma cultura, que alimenta nossos princípios de conduta, mas ao mesmo tempo temos essa mesma sociedade conduzindo a escola em busca de uma mão-de-obra barata, e que transforme esses homens em sujeitos sem escolha.

Poderemos até mencionar que, por trás da prova existe mesmo um interesse, e que este interesse, sem dúvida alguma está ligada aos setores sociais, políticos e econômicos.

Portanto, este estudo pretende contribuir para a discussão acerca da avaliação escolar, apontando proposta pedagógicas com vistas a novas perspectivas para um instrumento chamado prova.

INTRODUÇÃO

Esta monografia irá tratar da prova, na sua complexidade, mencionando assim, os fatores que levam os profissionais a trabalharem com este instrumento tão valioso e tão usado, independente do seu local, ou seja, independente de estar situada na rede escolar.

Este estudo teve o intuito de registrar o que pensam alguns educadores, tanto na rede privada quanto pública, sobre a prova, como elas são elaboradas e porque elas são utilizadas como meio mais eficaz.

Diagnosticará a avaliação como um elemento no processo educacional, bem como entendê-la enquanto um processo contínuo e de busca de conhecimentos para uma tomada de decisão, é a preocupação central desse estudo.

A pesquisa envolveu a coleta de dados como à luz de entrevistas com profissionais na área da educação, visando selecionar professores de diversas disciplinas e também de profissionais que trabalham desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Ao apresentar esta monografia, pretendo apresentar alternativas à luz do problema da avaliação, construindo hipóteses e estabelecendo uma análise explicativa crítica social, a partir do contexto político econômico e social vigente.

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa com ênfase em fontes de literatura bibliográfica.

A pesquisa envolveu a participação de profissionais, com objetivo de apresentar/descrever/explicar, que a prova não é o único instrumento para avaliar, mas que deveria ser tratada como uma decorrência do processo ensino-aprendizagem.

Hoje se questiona muito sobre a avaliação e os recursos utilizados para a avaliação. Mas, infelizmente, ainda observamos que a solução está distante. Portanto, este trabalho visa explicar o processo avaliativo, chamando a prova como eixo específico de discursas pedagógica.

Neste sentido, cabe salientar que no primeiro capítulo(1), apresentarei histórico sobre a avaliação onde iniciou tal conduta e como era feito; a seguir, subdividi este capítulo em duas partes, na qual, respectivamente, irei trabalhar conceito de avaliação e conceito de prova, segundo autores especializados nesta problematização.

No segundo capítulo irei relatar o que foi pesquisado em fontes bibliográficas a respeito da prova juntamente com a minha opinião acerca desse tema (prova).

A seguir, trabalharemos com as pesquisas realizadas nos colégios municipais, estaduais e particulares do município de Sombrio, entrevistando profissionais das respectivas escolas e abordando a questão prova em nosso meio.

E, no último capítulo que seria o quarto pretendo trazer novas perspectivas para nossa avaliação e que estas perspectivas sejam mais condizentes com a realidade de nossos educandos.

“Quando vedes levantar-se uma nuvem no poente, logo dizeis: aí vem chuva. E assim se sucede. Quando vedes soprar o vento do sul, dizeis: haverá calor, e assim acontece. Hipócritas, sabeis distinguir os aspectos do céu e da Terra; como, pois, não sabeis reconhecer o tempo presente? Por que não julgais por vós mesmos o que é justo?”.

(LUCKESI. 12,54-57)

Assim sendo, como diz o profeta Lucas temos que reconhecer o

tempo presente e transformá-lo em realidade, o passado foi e com ele terá que ir também esse modelo arcaico e pequeno que é a prova.

A prova tem a sua história, dentro de cada povoado, mas ela tem que ser reformulado para que a sala de aula possa se tornar um local de aprendizagem e desenvolvimento crítico.

A prova como instrumento avaliativo tem que seguir a realidade de seus alunos e o professor tem que saber dessa realidade para que possa construir um modelo novo de sociedade.

1. HISTÓRICO DA TEORIA DA AVALIAÇÃO

Na História Antiga, encontra-se diversas formas de avaliação. Em algumas tribos primitivas, adolescentes eram submetidos a provas relacionadas com seus usos e costumes. Só depois de serem aprovados nessas provas, é que eram considerados adultos. Entre os gregos de Esparta, os jovens eram submetidos a duras provas, através de jogos e competições atléticas, durante as quais deveriam provar a sua grande resistência à fadiga, à fome, à sede, ao calor, ao frio e a dor. Em Atenas, encontra-se Sócrates submetendo seus alunos a um exaustivo e preciso inquérito oral, que ainda é utilizado atualmente por muitos educadores em suas atividades de classe, durante arguições ou questionários orais. O *Conhece-te a ti mesmo*, no qual empenhou toda sua vida de sábio, apontava a auto-avaliação, como um pressuposto básico para o encontro com a verdade.

Segundo Burns (1986), na Idade Média, predomina o método racional e o argumento da autoridade, prevaleceram. O método racional aplicado à realidade e fatos não suscetíveis de comprovação experimental e o segundo baseado no valor intelectual ou moral daquele que a propõe ou professa.

Repetir, portanto, integralmente, o que se ouvira ou lera, era a prova mais convincente do saber. A atenção e a memória eram os melhores

agrupamentos operatórios de pensamento mais valorizado nas escolas da época.

Nas Universidades, os Bacharelados deveriam prestar exames a fim de conseguir licença para ensinar. O exame consistia na interpretação e explicação de trechos selecionados por grandes mestres. Quanto ao doutorado, só aos mestres que liam publicamente os livros das sentenças de Pedro Lombardo era conferido esse título, e mais tarde, somente aos que defendiam tese. Os doutores medievais, ao refletirem sobre o irracional, preparavam os caminhos da razão e abriam novas perspectivas para a avaliação.

Com o Renascimento, manifesta-se o movimento do humanismo, que traz uma valiosa contribuição para a avaliação, imprimindo ao seu ensino uma orientação psicológica que visava atender as diferenças individuais dos alunos, a fim de que fossem preparados para a vida de acordo com suas necessidades, interesses e aptidões.

Na Idade Moderna, a invenção da imprensa contribuiu para todas as formas de atividades intelectuais. Multiplicam-se os livros e tornam-se acessíveis a todos. Fundam-se escolas e criam-se bibliotecas.

Alguns aspectos da Pedagogia desta época permitem tirar algumas inferências sobre a maneira como os educadores avaliam o aproveitamento dos alunos.

Descartes (Apud Burns,1986) na sua obra Discaurs Sur Lá Methode, apresenta as quatro regras próprias para encaminhar o espírito na busca da verdade:

a) Nada se admite como verdadeiro se não se conhece evidentemente como tal. É a regra da evidência;

b) Dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas se puder e for exigido para sua melhor resolução. É o princípio da análise;

c) Levar os pensamentos em ordem começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecimento para subir, pouco a pouco, como por degraus, ao conhecimento dos mais complexos. É a regra da síntese;

d) Fazer em toda parte enumerações tão completas e inspeções tão gerais que esteja certo de nada omitir. É a regra da verificação.

As quatro regras citadas são, ainda, de uso constante da prática, na Idade Contemporânea.

Mann (Apud, Burns.1986), então como secretário da Massachussets State Board of Education, com o objetivo de observar as falhas no sistema de ensino, submeteu 530 alunos a uma prova escrita para exames de definições

em Aritmética, História, Geografia, Gramática, Filosofia Natural e Astronomia. Os resultados justificaram as preocupações e foi reconhecido o valor deste método de avaliação.

Após verificar essas falhas no sistema de ensino, Mann (1845) publicou em um jornal as seguintes apreciações sobre o exame escrito, é imparcial; é justo para os alunos; é mais completo que as antigas formas de exames; previne contra a interferência do professor; verifica o aproveitamento do aluno; isola as possibilidades de favoritismo; tem a informação obtida válida para todos; habilitam todos a avaliar a possibilidade ou dificuldade das questões ou uma graduação das mesmas.

Em Greenwich Hospital School, o Rev. Fischer (1864) organizou as primeiras provas objetivas para Ortografia, Gramática e Composição, Matemática, Navegação, Francês, História Geral, Desenho, Ciência Prática e conhecimento das Escrituras.

Em disciplinas como Desenho e Caligrafia inclui escalas de amostra-tipo, a fim de que os trabalhos dos alunos fossem comparadas com as provas objetivas e assim, chegar à nota.

O cientista inglês Sir Francis Galton, (1885) estabelecendo os fundamentos dos métodos estatísticos modernos, também deu um grande

impulso ao surgimento de testes padronizados. Foi Galton quem demonstrou, por meio de testes e métodos estatísticos, as diferenças individuais.

Wilhelm Stern, um psicólogo alemão, em 1912, parece ter sido o primeiro a formular o conceito de Q.I. como é geralmente conhecido e ainda hoje adotado para expressar inteligência, especialmente daqueles que ainda não atingiram a idade adulta.

Houve tentativas para medir os interesses, as emoções, o caráter e a personalidade, ainda nesta datação de 1912-1913.

A quase totalidade da literatura referente à avaliação escolar diz respeito à aprendizagem do aluno. Ora o processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas a técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional, auxiliado por diversas ciências, e que se aplica a qualquer prática. Pode-se falar da avaliação das diversas atividades profissionais, bem como de uma empresa, de um programa, de uma política.

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos, etc. Os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados, estejam sempre subordinados às finalidades e objetivos previamente

estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra.

Seria ingênuo pensar que, a avaliação é apenas um processo técnico. A avaliação é também uma questão política. Avaliar pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário pode se constituir num processo e num projeto em que o avaliador e avaliado buscam e sofrem uma mudança qualitativa. É nesta segunda prática de avaliação que se pode encontrar o que uns chamam de avaliação emancipadora e que, na falta de melhor expressão, chamar-se-ia de *concepção dialética da avaliação*.

1.1. CONCEITO DE AVALIAÇÃO

A prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que estiver compromissada com a aprendizagem do educando, ou seja, há de estar interessado em que o educando aprenda o que está sendo avaliado.

A avaliação não é uma atividade neutra, pois reflete uma concepção teórica de educação e de sociedade que não pode ser ignorada pelo educador sob pena de o mesmo assumir uma atitude ingênua ou mecanicista, dissociando avaliação do processo educativo.

A avaliação hoje é pautada como um problema a ser resolvido por todos os educadores, ironia do processo educacional, pois sabe-se que leis são feitas dentro de uma sala, mas não com professores, mas com políticos que ficam apontando saídas para o que os políticos julgam ser bom, dentro dessa sucessão de estados e mudanças.

Pegam-se modelos vários, de “n” lugares, mas não as dimensionam em seu espaço mais preciso, na escola, dentro da sala de aula, dentro da vida dos alunos.

Fala-se tanto em avaliação, mostra-se tanta abertura, mas na realidade o espaço continua fechado e refletindo valores diferenciados.

Na avaliação, deve-se avaliar o tal como: o processo, o questionar, o participar, o interesse. A avaliação deve ser um contínuo buscar, um contínuo aprender, e não um fim, um ponto final.

Nesta parte do trabalho, é importante frisar o que pensam alguns autores sobre a tão polêmica avaliação.

“A avaliação tem um sentido e um papel muito mais amplo: cabe-lhe analisar o aproveitamento escolar em função de uma teoria de ensino-aprendizagem, para que possam repensar os métodos, procedimentos e estratégias de ensino, buscando solucionar as dificuldades encontradas na aquisição e construção do conhecimento”.(DAVIS, CLAÚDIO e ESPÓSITO, YARA L. 1990: 197)

Neste sentido, a avaliação proporciona uma busca de conhecimento e retoma o propósito de ser um instrumento que vem de encontro do mestre e do educando para que juntos possam crescer e desenvolver suas potencialidades.

“A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do educador e do educando, são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias”. (LIBÂNEO. 1991: 198).

Não se pode desconsiderar a avaliação e ficar apontando apenas falhas, sabendo de sua importância. O que se deve marcar como ponto crucial e de alta relevância é que a avaliação nos ajuda a construir e a estabelecer parâmetros que sejam dignos de uma vida educacional e que conduza a uma linha de organização eficaz.

“Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar obstáculos.” (VASCONCELLOS, 1992: 39)

Deste modo, pode-se abranger um mundo mais aberto para esta tomada de decisão, sem que aja um julgamento pré-estabelecido por conceitos errôneos e arbitrários neste conjunto de papéis relativos a um negócio. O ato de avaliar não pode ficar acerca de um papel nem pode conduzir, direcionar as

respostas do educando, porque, senão, a liberdade de pensar, falar e escrever estariam sendo *podados* e, assim sendo, ferindo a nossa constituição.

Segundo Diniz (1982), avaliar significa determinar o valor ou a valia de; ao mesmo tempo em que se faz um conceito sobre a avaliação, ele não direcionou como fazer, como também não estabeleceu normas de como era este *determinar valor*. Portanto, o ato de avaliar está muito além, abrange caminhos sinuosos e obtusos, mas que continuam em uma trilha sem ruas fechadas, isto quer dizer que há um direcionamento no ato avaliativo, mas que este muitas vezes implica em conduta falsa e, até por que não dizer, mesquinha. Os atos *“avaliativos proporcionam direção ao processo e servem como critérios para verificar a efetividade dos procedimentos e práticas específicas”*.

A avaliação é um processo contínuo e sistemático, portanto deveriam ser constantemente planejadas para que, desta forma, permita determinar a qualidade do ensino, exercendo, assim, a função de realimentadora dos processos de ensino, à medida que fornece dados ao educador para replanejar seu trabalho, ajudando a melhorar o processo ensino-aprendizagem.

Avaliar consiste em fazer um julgamento sobre os resultados, comparando o que foi obtido com o que se pretendia alcançar, permitindo assim a reorientação do educador e do educando.

Hoje na sala de aula tem-se um problema chamado avaliação, mas para que seja organizado e reformulado este problema, deve-se pensar em métodos, técnicas, enfim, em todos aqueles instrumentos que servem de apoio ao mestre, para que este mestre possa conduzir o seu trabalho sem problema algum, para que o educador possa chegar no campo de conhecimento de maneira clara e precisa; e após este *pensar* deve-se descruzar os braços e garantir a eficiência de uma conduta melhor que vise, de fato, o tão esperado ato de conhecer e entender.

1.2. Conceito de prova

Luckesi, (1996: 98), aponta, que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino, que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma pedagogia do exame.

“No princípio era o caos. Um dia, o professor descobriu que podia mandar o aluno para fora da sala de aula, que a instituição cuidava de ameaçá-lo com a expulsão. Mais tarde um pouco, descobriu que tinha em mãos uma arma muito mais poderosa: a nota. Começa a usá-la, então, para conseguir a ordem no caos. O caos se fez cosmos, o maldito cosmos da nota. “ (Vasconcellos, 1995: 15)

Compreende-se que quando coloca-se a culpa no professor, não é para todos os mestres, mas para professores que transformam as salas de aula em um campo de batalha, cujos alunos são recrutas que devem obedecer a hierarquia do exército, pois os mestres, os professores, são generais que ficam estabelecendo critérios e normas que deverão ser respeitadas e cumpridas.

Sabe-se também que, o professor é um profissional que comete erros e acertos, que tem uma função estabelecida dentro de seu local de trabalho, portanto, não tem de ser uma pessoa que tenha de resolver problemas particulares do indivíduo como um psicólogo, e isso é muito claro no meio;

portanto, é possível estabelecer parâmetros cuja importância fundamental para os professores, é resgatar o aluno com problema e trazer este aluno para a sala para que juntos educando e educadores construam o processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que a reprovação não é uma coisa nova; tem-se notícias de exames há 2.205 a. C., quando o imperador chinês Shun examinava seus oficiais a cada três anos com o fim de promover ou demitir. No entanto, com o caráter que tem hoje, sua história é relativamente recente. Data da constituição da burguesia enquanto classe. Neste processo, com a formação dos estados nacionais modernos, passam a ser organizados os sistemas nacionais de ensino. Como sabe-se, a história da educação está mal contada, pois o que se fez freqüentemente foi relatar as idéias de grandes pedagogos desvinculados das reais condições de existência. Evidentemente, a escola existia antes do capitalismo, mas seu papel muda substancialmente a partir daí, em função da formação da mão-de-obra para a indústria. Desde seu desenvolvimento nesse novo contexto, a escola padece de uma ambigüidade: de um lado, é necessária para dar certos rudimentos da cultura e, principalmente, como fator disciplinador, preparando a docilidade do futuro trabalhador; de outro, ao fornecer elementos da cultura corre o risco de formar pessoas mais conscientes e questionadoras. Enquanto classe revolucionária, a verdade interessava à burguesia, pois como afirma Burns (1986) a verdade é revolucionária. Depois de ascender ao poder, não há interesse em propagá-lo: passa a ser prioridade particular colocada a

serviço da acumulação. Donde a fórmula: conhecimento, mas em doses homeopáticas. De fato, mais do que capacitar as classes populares para o trabalho, a grande finalidade da escola foi de disciplinadora, ajudando a preparar o sujeito para a ordem, o ritmo, o controle, a hierarquia, o trabalho para o outro, característica da indústria. A religião conseguia a submissão passiva; no entanto, do trabalhador se espera a submissão ativa, envolvendo sua vontade. Concretamente contrário aos discursos oficiais, o objetivo da escola não era a instrução.

Mas por que se submeter à escola? O mito da ascensão social, a ideologia da doutrina liberal: igualdades de oportunidades. O valor da escola passa a não estar na escola, mas na recompensa que, supõe-se, haverá depois.

Se os alunos obtiverem sucesso, obviamente o mito se desmontaria, pois não haveria como recompensar a os alunos sendo que o princípio básico é o da concentração; passa a acontecer então a reprovação como decorrência natural das diferenças individuais, cada sujeito sendo, portanto, responsável pelo seu fracasso.

No mais famoso dos dicionários, procurou-se a palavra prova e, segundo o dicionário Aurélio (1993), prova é que se atesta veracidade ou autenticidade de algo, processo que permite verificar a exatidão dum cálculo, concurso, exame, competição. Tais expressões têm conotações fortes,

possuem sua legitimidade se confrontada com sua realidade, e quando se fala em prova no seu sentido de concurso, exame ou competição, não mostra como fazer tais processos, não diz que devem ser feitas de tal ou tal maneira, o que se diz e que, ao ler o seu significado, não vem incluído um método ou uma técnica clara e definida, o que obriga a salientar que prova pode ser também qualquer outra forma de expressão para se chegar a um conhecimento, não se fazendo necessariamente se ter um pedaço de papel com questões objetivas e com uma resposta pronta e acabada.

A prova, portanto, passou de um instrumento (que permite observar o conhecimento do aluno e ao mesmo tempo servir de base para o mestre poder reformular sua práxis) para a arma cuja munição é o medo. Assim sendo, o aluno não pensa na prova com alegria, mas como uma mercadoria que tem preço e somente o faz porque em troca recebe uma nota.

2. A PROVA ESTÁ VOLTADA A QUE INTERESSE?

Quando parte-se do pressuposto, de que a avaliação está voltada a um interesse, tenta-se ser o mais imparcial possível em algumas buscas. Mas sinto que o que escrevo é mais do que uma simples afirmação longínqua e incabível, mas algo que está relacionado com as nossas práticas diárias, a nossa sociedade, enfim, aos nossos modos de produção. *A avaliação não existe por si, mas para a atividade a qual serve, e ganha as condições filosóficas, políticas e técnicas da atividade que subsidia. (Luckesi, 1994: 10)*

Hoje, como desde os primórdios, a escola considerada como uma instituição traduz um modelo de sociedade que pode refletir na capacidade de desenvolvimento de seus indivíduos tornando-os, às vezes, *incapazes* de progredir e buscar respostas para reverter situações de seu dia-a-dia.

Ao mesmo tempo em que uma sociedade autoritária que julga princípios básicos de valores, fazendo uma ironia sobre se mesma, pois acredita , estar certa, como por exemplo, julgar um aluno por uma nota ou até mesmo conceituá-lo por razões particulares, rotulando-o. Segundo Luckesi (1995: 28), *A avaliação da aprendizagem se manifesta como um lugar de práticas autoritárias na relação pedagógica, traduzindo um modelo de sociedade...*

Segundo Sant'Anna, (1990: 102), para avaliar pode-se usar instrumentos que testem e/ou meçam, mas é muito mais do que atribuir números.

Ao escolher este pequeno trecho desta autora, quis frisa-se que é possível , atribuir um conceito ao aluno, mas deve-se ser cuidadoso ao o fazer, pois esta quantia estabelecida ficara registrada para sempre.

Tudo o que é feito na vida é avaliado, para todas essas atitudes se atribui uma nota consciente ou inconscientemente, o perigo está nos parâmetros que são estabelecidos.

O discurso que vem se observando é que se deveria observar a individualidade do aluno, a sua capacidade de caráter especial que distingue uma pessoa da outra; então, como se pode inserir de uma só maneira a avaliação, que abrange um todo, quando se está falando em único?

Está claro, que não se pode sair por todas as unidades escolares, entrar nas escolas e fazer uma avaliação individual nessas salas que possuem 50 alunos; embora tivessem que multiplicar essa quantia pelos números de salas de aula em que temos de trabalhar para ter-se um mínimo de carga horária.

Salas superlotadas, grades curriculares diferenciadas, salários que não precisam ser comentados, apadrinhamentos, falta de recursos para os,

educadores, se aperfeiçoarem. Será que a educação está indo de vento em polpa? E a avaliação, o que tem haver com esta listagem que está intimamente ligado ao dia-dia? A prova está aí como cúmplice ou como protagonista de uma história cujo final feliz depende de democratização e liberdade de pensamento. Ambas estão na constituição (realidade ideal, mas infelizmente é uma realidade real).

Todos sabem que a reforma educacional no Brasil foi uma reforma de gabinete, sem consulta aos envolvidos e realmente interessados na educação. As aspirações educacionais não correspondiam nem correspondem à ideologia dominante. No pensamento de Luckesi;

“É certo que o atual exercício da avaliação escolar não está sendo efetuada gratuitamente. Está a serviço de uma pedagogia que nada mais é do que uma concepção teórica da educação que, por sua vez, traduz uma concepção teórica da sociedade.” (1994: 28)

Ao se tratar então da prova, exame, teste, o nome que se escreve em sua fonética e ortografia são diferentes, mas possuem os mesmos conceitos, dar uma nota.

Nota esta que é somada e dividida, e por fim registrada, não apenas em um boletim, mas para sempre na mente de cada um.

“A relação autoritária de poder entre professores e alunos confere à relação de ensino-aprendizagem um caráter de arbitrariedade que apenas é indicada pela nota. Esta parece como ponta de Iceberg, a arbitrariedade que lhe é inerente não passa de um indício do autoritarismo subjacente.” (FLEURI, 1987: 81)

A prova escrita ou oral, objetiva ou subjetiva, que trás uma infinidade de conteúdos e que alguém, em um determinado tempo em um determinado espaço, atribuir números e estes números irão representar a aprendizagem do indivíduo em todo seu processo de conhecimento, (participação, interesse, questionamento) dando ênfase para que o profissional, chamado professor, considerou ser mais importante.

Número capital, aluno trabalhador, escola empresarial, professor gerente, diretor patrão. E a prova? É a arma que mutila.

Segundo Piaget (1970: 4), o teste é a prova que comprova em resultados numéricos, atribuído pelo professor; em outras palavras, tem-se certeza que uma determinada prova, se for corrigida por profissionais da mesma área ou corrigida pelo mesmo profissional que o formulou, mas em dias diversificados, o peso (de cada questão) poderia ser alterado, conseqüentemente nota diferenciada, portanto a questão da atribuição do professor teria sentido.

A prova pode ser encarada como instrumento de punição, de contrariedade, que está ligada a um interesse, mas sua máscara é tão ardilosa que, embora surjam polêmicas e discussões, ela ainda continua com suas raízes fincadas ao autoritarismo, ao medo, ao desejo. *O autoritarismo é elemento necessário para a garantia desse modelo social, daí a prática da avaliação manifestar-se de forma autoritária*”. (LUCKESI,, 1994: 28)

Em suas colocações, Luckesi (1994) aponta a prática educativa escolar direcionada por uma pedagogia do exame.

Nas escolas, por mais que se usem técnicas diferenciadas, por mais que se façam lindos trabalhos, o processo da aprendizagem e do conhecimento vai se fechando em um cerco, cuja alternativa continua sendo a prova. Parece que o professor não tem muita clareza para avaliar de outra forma.

Em estudos, observou-se que, na avaliação, pretende-se sempre culpar alguém, achar um réu para a situação, na realidade é tão autêntico que não é preciso de provas para esta asserção. Encontra-se então o erro, erro que não se enfrenta, pois a falha parte em supostas certezas. Certeza de achar, de afirmar que nunca se comete falhas, que esta falha vem de outros, que a avaliação é imposta e não se pode questionar.

A prova enquanto instrumento de avaliação, vem sendo discutido e revista há muito tempo; suas concepções, seus valores passam por uma premissa categórica e minuciosa, mas infelizmente não sai do papel, fica-se os rascunhos de uma tentativa à buscar melhores condições para que ocorra um desenvolvimento na aprendizagem. E você sabe porque que os rabiscos ainda estão no papel?

Na realidade, não se quer cidadãos conscientes e críticos, que realmente lutem por seus ideais e que acreditam em uma sociedade mais justa. Hoje se quer mão-de-obra, se possível, barata, que não saiba dos seus direitos como trabalhadores, que fiquem a mercê de uma empresa ou qualquer campo de trabalho cujos donos possam manipulá-los. E a prova está incluída neste histórico, como um instrumento de reprovação e mediocridade.

A prova tem uma função dentro da prática pedagógica, não se quer tirá-la de cena, não se estamos desfazendo deste seu papel precioso, mas tem-se que ter consciência de que a prova é um valioso instrumento e que não deveria ser manipulada erroneamente, não deveria se transformar em uma arma para alunos indisciplinados, rebeldes, desatentos.

Há várias interpretações que se fazem acerca de perguntas mal formuladas, acarretando em “n” respostas e que não são aceitas pelo professor.

O aluno passa de educando de idéias críticas para um robô copista que faz tudo o que o mestre mandar.

Professores de uma maneira geral fazem parte de uma sala de aula onde se fala em prova ,avaliação , vem o repúdio, a admiração, a ironia, o castigo, a punição em cada expressão facial, na maioria das vezes, a fala não se faz necessária.

Qual interesse? Para quê? Como? Por quê? Muitas perguntas foram feitas durante a história do processo educacional de avaliação, que não começou ontem e não possui prazo determinado para ter um término, mas que suplanta raízes de favores.

*“A reforma do ensino superior e do ensino médio se completam e tem o mesmo objetivo, o de possibilitar ao Estado o desempenho de suas funções (não educacionais) na atual fase de desenvolvimento da sociedade brasileira. No entanto, simultânea, contrária e necessariamente, são elaboradas certas concepções que se destinam a explicar e/ou justificar, fazendo-as desejáveis”
(BRANDÃO, APUD. CUNHA, 1979: 247)*

A concepção de fatores e desejos, sem a relação que desnor-teia o conceito de aprendizagem, educação e conhecimento. Nessa dicotomia do pensar, dos desejos, sobre a capacidade física, intelectual e moral do ser humano faz da ação educacional uma das piores do mundo.

Porém, têm-se condições para reverter esse quadro, porque os professores são uma maioria, o professorado, que está, por toda parte. Mas, existe um fator imprescindível, muito destes professores não entraram numa sala de aula para ver como as coisas funcionam. Vivem somente de cargos de confiança.

Educação não se restringe a uma unidade escolar, a educação é muito ampla, conduz muitos atos. Como também pode-se incluir nesta lista de atos: a prova. A prova não está apenas em sala de aula, mas em todos os sonhos de pessoas que procuram viver um pouco melhor ou que apenas correm atrás de seus sonhos.

Esse correr atrás e buscar um sonho sem a reciprocidade entre prova e interesse e está marcada nos concursos públicos, que exigem, de antemão, um apadrinhamento, uma vocação de hereditariedade.

A sociedade moderna, com a civilização urbana construída ao longo

dos séculos de sua formação, passou a exigir escolarização de todos os seus cidadãos. Sabe-se que, lugar de criança é na escola.

Mas, que escola? Onde?

Quando inicia o ano letivo, são filas e filas de pais em frente das escolas querendo garantir uma matrícula, mas tremenda é a frustração, tem que voltar para casa, porque não conseguiu a vaga; sem falar que atualmente existem pais que rezam para que seus filhos não vão até a escola, devido a falta de segurança. Chega um momento que se começa a questionar: que país é este?

Como se pode dizer que não existe interesse por trás das provas se a evasão escolar, a repetência e o mercado de trabalho comprovam que esta verdade está diante dos olhos?

“A Revolução Francesa, enquanto revolucionária, propôs e apregoou o acesso universal ao ensino, porém a sociedade burguesa, sedimentada com a revolução, não só não cumpriu esse ditame revolucionário como criou subterfúgios que impediram aos cidadãos o acesso a esse benefício. Foram muitos os mecanismos pelos quais os poderes constituídos, representando os interesses da sociedade burguesa, subtraíram as camadas populares do acesso à educação escolarizada. Os mais comuns são: falta de recursos,

crescimento demográfico acelerado, impossibilidade de atender a demanda. Em síntese, a dificuldade de acesso ao ensino é um fator que atua contra a sua democratização” (LUCKESI, 1994: 62)

A prova inibe os alunos, deixando-os em inconformidade com ele mesmo, porque escreve o que não pensa e o que pensa não escreve. Mas o que escrevo não tem propósito, pois nossa sociedade capitalista não precisa de cidadãos mas de trabalhadores.

3. O QUE OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO PENSAM SOBRE A PROVA?

A realidade da práxis educacional está passando por ambigüidades. Ambigüidades que estão vinculadas a uma política educacional e que está acontecendo de certos e erros. *“O que é necessário para a transformação da realidade? Antes de mais nada, é necessário o querer, o desejar, o compromisso afetivo, enfim, a vontade... Muitos sujeitos querem a mudança desde que não precisem mudar.” (Vasconcellos, 1995, p. 19).*

Quando foi realizada a entrevista com os professores, percebeu-se claramente a ambigüidade, que os envolvem, pois umas precisaram de dicionário para responder “o que você pensa” e outras tentam colocar no seu dia-a-dia, um tempero de aproveitamento do conhecimento e transformar a avaliação em algo prazeroso e significativo.

Para poucos professores a avaliação é um meio pelo qual o educador consegue observar, ou seja, diagnosticar o rendimento de seus educandos e tomar decisões para chegar ao fim desejado; outras acreditam que a avaliação é um conjunto de meios que utilizam para ter consciência dos resultados que se propõe com os objetivos.

De qualquer forma, buscar um conceito de avaliação é andar sobre espinhos, pois avaliação palavra abrange muito mais do que se pensa, abrange não apenas um conceito ou uma nota, mas sim um indivíduo, que é sujeito de uma sociedade que vive atribuindo valores sobre si mesmo.

No pensar em prova, a resposta foi unânime, a mesma (prova) serve como um instrumento, mas quando colocada no sentido de como devemos usá-la, suas respostas são variadas, pois umas questionam a prova como recurso utilizado pelo professor para detectar um avanço ou dificuldade de seu educando no processo ensino-aprendizagem, outras se limitam a dizer que prova é apenas o instrumento que se utiliza para a avaliação.

De repente, observou-se que até o fator do *professor de séries iniciais e professor de 5.^a a 8.^a série do Ensino Fundamental* tem visões diferenciadas a respeito da prova devido ao seu tempo para com o educando, suas afinidades.

Depara-se com outra dualidade quanto à nota. Alguns professores, poucos, por sinal, dizem que quando o educador estabelece critérios para avaliar seus alunos, ele deve estar atento para não considerar apenas o aspecto quantitativo. As notas possuem somente o papel de diagnosticar o nível de avanço e o crescimento do processo. Outros educadores caracterizam a nota

como um valor, no qual o aluno conseguiu obter, através do conhecimento assimilado.

Talvez as formas de considerar a nota possam diagnosticar o processo pelo qual cada professor e cada turma agem de acordo com suas funções, maneira de trabalhar, enfim, mostra o papel de cada profissional. Isto significa dizer que se pode detectar sua personalidade e atitudes em sala de aula.

Chega-se a um ponto extremamente importante, que é a diferenciação existente no modo de avaliar do professor e, considerando este aspecto, analisa-se que, embora saiba-se da existência de profissionais que utilizam métodos arcaicos, observa-se uma luz no final do túnel.

Considerando que, a formação destes educadores passa por transformações, espera-se que os anseios das conquistas de se tornarem melhores, esteja a reflexão de como e por que se deve avaliar e colocar um valor quantitativo.

Pode-se mencionar também, neste mesmo esboço que o passar dos anos, o tipo de governo, a política preponderante, pode afetar de tal maneira o processo de ensino-aprendizagem que se tem de estar conscientes do verdadeiro papel de educadores.

Os recursos utilizados pelos professores, segundo pesquisa realizada, são os mais variados possíveis, seus critérios vão desde pré-requisitos, conteúdos mais importantes, até o auxílio de bibliografias que possam facilitar os trabalhos de elaboração das questões. O assunto mencionado foi de suma importância, porque quando se foi pesquisar, obtive-se respostas secas e claras e respostas que abrangem um outro grau de seriedade.

A tese abrangida *nota-prova* vem sendo questionada há muito tempo, por diversos profissionais, e quando se pergunta qual o propósito de realizar a prova, muitos pensam, poucos questionam, alguns criticam, outros murmuram palavras sem sentido achando que respondeu algo. Na verdade, a prova já é parte do sistema, ela está inserida dentro deste contexto e se faz difícil convencer colegas de que existem outros meios de avaliar. Convencidos, talvez, por um pequeno grupo, mas não ainda por um sistema que precisa ver quantidade.

O sistema entra nas escolas erguendo uma infinidade de bandeiras, podem ser políticas, podem ser econômicas, mas dificilmente levanta-se a bandeira da educação, e o pior de tudo é que quando essa bandeira é levantada, ficam-se os pontos de interrogações. Que interesse há por trás dessa bandeira educacional?

Quando falado que, para muitos a prova continua sendo o único meio de avaliar, não fui surpreendida por nenhum rosto, pois sabe-se que esta prática acontece na maioria das escolas, independente de ser da rede pública ou particular.

Relatando suas dificuldades em avaliar, alguns educadores descrevem que, apesar da prova ser muito importante, ela (a prova) não deve ser a única. Salientam que a participação e o desenvolvimento do aluno também conta muito. Comentam ainda que esta participação (outro fator que se questiona muito) não se restringe a ler e responder textos ou questões em sala de aula.

Observa-se então que, existem visões contraditórias. Existem modos diferenciados de diagnosticar a importância da prova e o que ela (a prova) pode repassar acerca do que está sendo questionado ou salientado.

Porque se os, educadores, deixassem levar por uma avaliação quantitativa, estaríamos fazendo uma avaliação classificatória e ressaltando somente a nota que o aluno obteve na prova.

Ao caracterizar a prova como uma avaliação classificatória, estaria colocando a educação a mercê de uma fábrica, onde só os bons conseguem se destacar e conseguir um cargo melhor. *Na realidade o trabalho escolar perdeu o sentido de sua finalidade principal que é a expansão e o desenvolvimento do*

ser humano, fundamento da alegria de viver, diminuindo-lhe a capacidade interna de agir. (Libâneo, 1995: 195)

A avaliação através da prova, segundo uma professora da rede particular, tem a finalidade de diagnosticar o progresso do conhecimento de seus alunos, porque assim, acredita a professora, não estaria centralizando as atividades avaliativas somente na verificação da aprendizagem. A prova está sendo um processo contínuo que orienta tanto o educador quanto o aluno.

Desta maneira, os educadores levam a crer que a prova não está para condecorar o aluno ou massacrá-lo, mas para ser ponto de apoio para ambos, para que juntos possam retomar o que foi perdido e iniciem o novo buscar, entrando, então, no caminho do conhecimento.

Foram elaboradas várias perguntas de fundamental importância para a realização deste capítulo. Uma das questões mencionadas foi a revisão da prova, o questionamento da prova, após ter se estabelecido uma nota (próximo ao cabeçalho).

Lendo cada resposta dada, deparou-se com esta: A prova, ao ser entregue, é questionada na forma como foi elaborada, há debate sobre algum enunciado.

Pergunta-se, o que foi pautado no texto acima não deveria ter sido realizado antes de o aluno realizar a prova? Essas questões que são relevantíssimas para um ótimo desempenho do aluno não deveriam ser discutido antes?

O aluno não sabe o que esperar do professor. Quantas vezes o aluno responde questões certas, mas porque não foi resposta decorada, isto é, como estava no livro, o professor não aceita.

Essa é uma das realidades, mas existem outras, talvez piores ou talvez melhores...

“Tanto do ponto de vista do sistema educativo (governos federal, estadual e municipal) quanto do educador “é preciso estar interessado em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e coletivamente”. A nosso ver, esse é um princípio político-social importante da atividade educativa escolar” (LUCKESI, 1996:. 121).

A prova, o trabalho, a participação, o desenvolvimento foram palavras mencionadas no trabalho e também são consideradas por certos indivíduos que possuem por ofício educar, instrumentos de avaliação. Mas muitos educadores possuem modelos absolutos de avaliar.

Existem ainda profissionais que estão na época da ditadura militar e ficam censurando, como se fossem militares que condenam o que os alunos acham ou pensam. Para os professores o que o educandos pensam é errado. O pior é que os professores ainda atribuem critérios de seleção como: simpatia, educação.

Existem professores que amam os alunos quietinhos, que não *incomodam*.

Ao direcionar a palavra incomodar em certas direções na sala de aula, acerta-se em cheio aquele aluno que pergunta, que quer saber mais, dizem alguns, aqueles que tem sede de saber. A esses alunos os professores chamam de desordeiros.

Em certas escolas, há um posicionamento em relação à avaliação. Estabelecem a quantia de provas e trabalhos que deveriam ser feitos. As escolas não sabem o que está acontecendo na sala de aula.

Segundo Rogers, (1979: 81), o ser humano já nasce com capacidade de avaliar o que quer e o que não quer, o que é bom para si ou não, através de seus sentidos. O autor decide sem se preocupar com o ponto de vista de outros, o aluno é o centro do processo de avaliação.

Se o indivíduo é o centro do processo de avaliação, então pode-se pôr um fim a este processo, pode-se limitá-lo, pois o seu condicionamento é o de ir além. Assim a máquina não pode parar.

4. PARA ALÉM DAS PROVAS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR

A educação é uma das mais antigas práticas da humanidade.
(Burns; 1986 :136)

Logo, a educação , abrange avaliação, que tem como instrumento a prova, sendo assim, não pode ser encarada de qualquer forma. Sabe-se que a prova é o meio mais utilizado de avaliar, assim sendo não se pode usá-la de qualquer jeito, tem que saber utilizar, tem que refletir a respeito.

Na reflexão sobre “prova”, indaga-se as questões;

Para quê?

Porquê?

Como?

Para quem?

Para qual interesse?

Inquietações de natureza ligada a educação deixam imensas lacunas.

A prova é um meio eficaz, porém o que precisa mudar é o caráter que esta (a prova) atribui para certos educadores.

Precisa-se ter clareza que o processo avaliativo é uma parte que jamais poderá desvincular-se do processo ensino-aprendizagem. A avaliação deve estar sempre presente em qualquer atividade docente, ou seja, ela deve ser contínua e com pressuposto de orientar educador e educando.

Concomitantemente qualquer meio é eficaz se for bem trabalhado e que atinja os objetivos do professor, mas que esses objetivos sejam claros e que cujos interesses sejam a de avaliar o aluno em uma direção. Essa direção deve sempre estar alinhada a um conjunto de habilidades e possibilidades de crescimento e não a um conjunto de fatores que trabalhe a mais valia, e fazer com que seu aluno seja mais uma mão-de-obra.

O professor tem junto com a prova uma função muitíssimo importante a de não ser mais um instrumento na mão de corruptos e aventureiros.

Segundo Rogers (1979: 57), o indivíduo abandona o processo de avaliação, incorporando o juízo de valor do outro como se fosse seu, para não privar do afeto. Passa a agir de acordo com a vontade dos outros para ser aprovado, estimado, renunciando o seu processo de avaliação.

Se o aluno faz o que mencionei, se o aluno se condiciona dessa maneira, que indivíduo está sendo formado. Sua capacidade de pensar, agir foram se perdendo a cada prova, pois é exigida resposta pronta e acabadas. E assim que, infelizmente, funciona o processo de avaliação e é assim que a sociedade vai ficar por muito tempo, porque dentro da escola não criam cidadãos, mas robôs que não podem pensar por si só. A qual interesse estão servindo?

A Lei 5692/71 foi feita com um dos objetivos, de reter os alunos na *Porta da Universidade* com a instituição do ensino profissionalizante.

O ensino profissionalizante veio completar as intenções da Lei da Reforma de Ensino Superior para o mercado de trabalho visando também criar profissionais de grau médio aproveitáveis diretamente ao mercado de trabalho para assegurar a dinâmica do capitalismo dependente em expansão.

Os cursos do Ensino Médio, são criados de acordo com as necessidades locais e aspirações dos estudantes, mas apenas para ser dito que existe 2.º grau naquela localidade. As habilitações profissionais que são implantadas são as que menos gastos dão aos cofres governamentais, tanto no que tange aos pagamentos de professores como nos equipamentos empregados nos referidos cursos.

Continua sendo sempre a classe dominada onde as oposições entre teoria e prática são estruturadas na divisão de classes da sociedade capitalista. Os tempos mudam, mas o controle social que a instituição escolar um é muito importante para a sociedade vigente:

O estado representa a classe dominante de tal maneira, como se realmente fosse a representação dos interesses da classe dos educandos.

“Os intelectuais e os tecnocratas assalariados altamente remunerados passam juntamente com a burguesia nacional a usufruir das vantagens do “modelo”, pois foram a parcela de consumidores dos bens produzidos. A classe trabalhadora, porém é excluída de toda participação política e econômica sendo forçada a ao silêncio através dos aparelhos repressivos do Estado que controlam os sindicatos, os meios de comunicação de massas e escolas , privando-os dos seus mecanismos reivindicatório. Para que tudo isso aconteça havia a necessidade de encontrar novas formas de controle social e político, o que se conseguiu em parte, através da política educacional que usou o sistema educacional para atingir seus objetivos” (FREITAG, 1979: 142)

A ação pedagógica é algo imensuravelmente importante dentro da

teoria social. Por conseqüência tem-se uma homogeneidade muito complexa e que resulta em uma mistura de valores.

Hoje a prova reflete um interesse.

Um interesse que está voltado a uma instituição governamental e que traduz essa evasão tão clara de alunos. *O estudante deverá se dedicar aos estudos não porque os conteúdos sejam importantes significativos, prazeroso de serem aprendidos, mas sim porque estão ameaçados por uma prova. O medo os levará a estudar. (Luckesi, 1995: 19).*

Teóricos da educação apresentam conclusões sobre os interesses que poderão estar por detrás das provas e consideram a hipótese do papel da escola em uma estrutura capitalista, estar voltada na produção de trabalhadores que alimentam o setor econômico de maneira desigual.

Pensa-se nos salários. Será porque ?, que o professor recebe tão pouco. Porque tem um contra-cheque com um valor tão baixo?

Outro item, porque que não existe por parte do governo um meio de auxiliar a vida dos estudantes? A que conduz a prova?

O instrumento chamado prova é da suma importância, é algo que esta enraizado no meio social, educacional e político, portanto não se deve usá-lo de maneira errada nem tão pouco desfazê-lo. Tem na verdade , é que traduzi-lo no seu alto grau de circunstâncias.

A prova está incutida dentro das mais notáveis seleções de fatos. Ela serve para muitos fins, a prova pode manipular, induzir, classificar...

Luckesi (1996: 102) afirma que superar o equívoco fundamental da avaliação é utilizá-la historicamente, ou seja, fazer dela um mecanismo de controle dinâmico da qualidade da ação. Subtrair a avaliação da relação *comercial* de notas e testes na qual se encontra, para dar-lhe o seu lugar de verdadeiro instrumento de tomada de decisão.

Deixe os alunos se expressarem para que consigam desenvolver suas potencialidades e não os podemos para que não se tornem frustrados e amargos. Criar-se-á condições para que a prova tenha um interesse infinito de conhecimento e busca e não algo que os deixam nervosos e incapacitados.

É a nota da prova que domina tudo, em função dela que se vive na prática escolar.

Como a atual prática da avaliação educacional está a serviço de um entendimento teórico conservador da sociedade e da educação, para propor o rompimento de seus limites, temos que basicamente, situá-lo num contexto pedagógico, tem que colocar a avaliação a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja voltada e preocupada com a educação como mecanismo de transformação social.

Estende-se que, que a mudança não se dá de uma vez (tudo e já), vê-se que existe a necessidade de dar passos pequenos, mas que sejam assumidos coletivamente, que sejam mais concretos e direcionado, não como forma de que todos deveram seguir metodicamente, mas no sentido de que aja uma visão transformadora, desencadeando um processo de mudança com abrangência crescente: sala de aula, escola, comunidade, sistema de ensino, sociedade civil, sistema político etc.; a partir da criação de uma base crítica entre educadores, alunos, pais etc. Trata-se de uma luta da educação, mas articulada a outras frentes e setores da sociedade: desde novas práticas na escola, passando por mudanças de legislação, até a construção de uma nova sociedade.

A avaliação escolar juntamente com o seu instrumento mais preponderante, a prova, colaboram com um processo que existe já na sociedade que é a dominação, ajudando a formar um autoconceito negativo. O problema central da avaliação é o seu uso como instrumento de discriminação e seleção social na medida que assume, no âmbito da escola, a tarefa de separar os

aptos e inaptos, os capazes dos incapazes. Além disso cumpre a função de legitimar o sistema dominante. O papel da ideologia burguesa é lançar a todos o convite, a sedução de chegar lá e convencer a quem eventualmente não chega (ou seja, as grandes massas) de que, se não chegou, foi por sua própria responsabilidade. (Vasconcellos, 1995: 29)

O caráter político da avaliação se traduz concretamente na possibilidade de reprovação do aluno.

A classe dominante utiliza-se de todos os meios e instituições para se reproduzir e perpetuar, inclusive a escola.

“A avaliação, sob uma falsa aparência de neutralidade e de objetividade, é o instrumento por excelência de que lança mão o sistema de ensino para o controle das oportunidades educacionais e para a dissimulação das desigualdades sociais, ela oculta sob a fantasia do Dom natural e do mérito individualmente conquistado”.
(VASCONCELLOS, 1995: 42)

A prova está refletindo interesse e os profissionais estão cada vez mais alheios ao que está acontecendo. Apenas acham que são meramente profissionais e fazem aquilo que o sistema quer, mas não sabem a quem esse

sistema pertence e nem se preocupa em saber. Não faz questão de conhecer o que tem por trás das cortinas, dizendo que prefere não se incomodar.

As novas perspectivas para a prova estão no fato de como deve-se colocá-la no dia-a-dia, de como deve-se usá-la em benefício do caminho do conhecimento.

Ela tem que ter um interesse, sim, mas um interesse voltado as necessidades cotidianas, necessidades de suas potencialidades. A prova jamais deverá continuar com essa exclusão, com esse direcionamento social.

“O modelo de avaliação quantitativo considera a educação como um processo tecnicista. Assumi a nítida diferença entre valores e fatos, a determinação de fins e objetivos da educação e a neutralidade ético da intervenção tecnológica. A avaliação quantitativa tem, como preocupação única, a comprovação do grau em que os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados”. (SAUL, 1994: 44)

A avaliação do rendimento escolar através da prova tem sido utilizada como parte de uma ação política que visa a discriminar, através do processo educativo, aqueles que a sociedade já mantém discriminados socioeconômico e culturalmente.

Portanto, cabe aos professores mudar este papel, tão colado nas escolas e partir para uma formulação mais adequada as concepções reais que se quer. É preciso que os critérios de desempenhos, o que se quer com a prova, estejam bem estabelecidos e tanto o professor quanto a escola tenham um real compromisso com a construção do conhecimento do aluno.

A possibilidade de construir os tópicos mencionados é também a possibilidade de formar sujeitos com autonomia, o que é essencialmente o significado da educação.

Tem-se que saber trabalhar o instrumento prova dentro da sala de aula, observando a realidade, o dia-a-dia.

A avaliação deve ser reflexiva, relacional, compreensiva.

Olhando para a prova, o professor deveria ver ali o reflexo daquilo que é essencial em sua área de conhecimento, aquilo que é realmente significativo que o aluno tenha aprendido.

O termo prova, também assusta e trás receios, então porque não trocar o seu nome? Vai-se além, porque não trocar uma folha chamado prova por um folha de atividades básicas que fazem o aluno pensar?

Deve-se sempre deixar claro, sem “m” interpretações, a forma de avaliar, como é utilizado o processo avaliativo. O professor deve preparar a prova com calma salientando o que foi trabalhado em sala de aula.

O educador pode realizar provas em dupla para que aja uma discussão sobre os itens propostos; deixar os alunos participarem na elaboração de questões ou propostas de trabalhos para a avaliação.

O professor deve aproveitar a oportunidade de introdução de novas práticas para abrir o debate, fazer uma reflexão com os alunos sobre suas experiências com avaliação e sobre a necessidade de mudança, esse debate tem que ter seriedade e determinação por ambas as partes educadores e educando.

Enfim, tem que se ter um interesse, mas que seja o interesse de abertura de um caminho melhor para a avaliação, que se sobressaia o interesse do processo ensino-aprendizagem.

CONCLUSÃO

Considerando, que embora estar em uma instituição educacional, a escola apresenta muitos problemas, mesmo com todos os seus valores, e que a prova está a mercê desta mesma sociedade, que excluindo os educandos, do exercício de sua cidadania.

Observa-se que, o objetivo principal do processo educativo é a nota e que o professor julga ser correto ou o que ele acha que o aluno aprendeu. Como se fosse possível medir o que o outro aprendeu, como se a aprendizagem fosse algo impessoal. *A avaliação escolar deve ser repensada em função da totalidade do processo, de modo que auxiliasse tanto educadores como educandos evitando transformar-se em um instrumento burocrático de medição de quantidades de informações. (Spinillo, 1989: 162).*

Na relação professor-aluno, fica estabelecido que sempre haverá um interesse e que muitas vezes esse interesse poderá estar voltado a um fator sócio-econômico, ou porque não dizer, a um setor culturalmente estabelecido, onde quem manda dita as regras deste sistema de ensino.

O educador tem que lembrar que o fator individual é muito forte e por isso deve-se

avaliar o aluno na sua individualidade, no processo pelo qual está passando, no momento em que está acontecendo a assimilação do conteúdo.

Sabe-se que, os fatores externos têm muita influência na vida social, modificando o comportamento do indivíduo, dessa forma tem-se a preocupação de resgatar o verdadeiro valor da prova; ela (a prova) não poderia jamais estar a serviço de um grupo de pessoas que manipulam o sistema escolar, deixando dentro deste instrumento chamado prova, suas aspirações políticas e pessoais, mas estar a serviço de uma construção de um mundo melhor, onde se esteja criando cidadãos conscientes e com dignidade. *A avaliação deve estar relacionada com todos os aspectos do processo de aprendizagem e, os dados por ela fornecidos, devem proporcionar informações para o ajuste e sempre que possível, facilitação do processo. (Hayman e Mapier, 1979: 16)*

A conclusão do trabalho está a serviço de um interesse puro e cheio de aspirações que busca na práxis o caminho do conhecimento. Ter-se certeza que, no processo do ensino-aprendizagem existem verdadeiros mestres que não apenas questionam, mas procuram por uma avaliação mais condizente com a dignidade do ser humano. Crê que a prova ainda poderá estar voltada a um interesse, mas que este seja o do conhecimento.

Analisando o processo educacional, percebe-se que a avaliação, tendo como instrumento a prova, reflete interesses vários, e estes interesses

podem estar relacionados à conduta de cada professor, ao seu modo de pensar e agir.

Por isso acredita-se que a proposta apresentada pelo presente trabalho, no sentido de ter uma proposta inovadora, venha de forma dinâmica favorecer a realização e a concretização da atitude profissional sem esquecer a realidade social em que o educador está inserido.

Concluo, então, que sempre haverá um interesse por trás da prova e estes interesses podem vir revestidos de várias facetas, entre elas: a política, a social e a econômica; mas que, também pode vir revestida com a face da inovação e da busca de um melhor meio para se avaliar, sintetizando quer-se dizer que, também existe o interesse de fazer com que avaliação seja algo prazeroso e que o aluno consiga assimilar conteúdos e achar no seu dia-a-dia um modo melhor de se viver; sem o bicho prova lhe perturbando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIS, Claudia. Papel e função do erro na avaliação escolar. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Puc-SP. 1990.

DINIZ, Terezinha. Sistema de avaliação e aprendizagem. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Minidicionário Aurélio, Rio de Janeiro: Edit. Nova Fronteira, 1993.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educar para quê? Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. Uberlândia: EDUFU, 1987.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade , 3ª ed. São Paulo: Cortez, Edit. Moraes, 1979.

HAYMAN, John L., NAPIER Jr. e Rodney N. Avaliação nas escolas: um processo humano de renovação. Coimbra: Almeidinha, 1979.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação, mito e desafio: Uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. José Carlos Libâneo. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar, 3ª ed. São Paulo: Edit. Cortez, 1996.

LUCKESI, Cipriano C. Prática docente e avaliação. ABT, 1990, n.º 44.

MONROE, Paul. Tradução Idel Becker, História da Educação, 9ª ed. São Paulo: Edit. Nacional, 1970.

PIAGET, Jean. A construção do real e da criança, Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ROGERS, Carl R. Liberdade para aprendizagem, Tradução Edgar Godoi do Mato Machado e Marcio Paulo de Andrade, 2ª ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Porque avaliar.

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória, 2ª ed. São Paulo: Edit. Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia, São Paulo: Cortez, 1984.

SPINILLO, Alena Galvão. Reflexos sobre a avaliação escolar. Florianópolis: Caderno da CED, 6(14): 153-171, jul./dez. 1989.

SOUZA, Clarilza Prado, DEPRESBITERIS, Lea, FRANCO, Maria Laura P. Barbosa, LIANSOUSA, Sandra Zákia. Avaliação do rendimento escolar, 3ª ed. São Paulo, Campinas: Papyrus edit., 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Finalidade da Educação, 1992 (apostila).

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 6.ª ed. São Paulo: Libertad, 1995.

_____. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? ABT, 1990, n.º 44.

BURNS, Edward Mcnall: História da Civilização Ocidental . Vol. I e II. 27ª ed. Porto Alegre: Globo, 1986.